

ENTRE A HARMONIA E O CONFLITO TERRITORIAL: A NOVA RURALIDADE PORTUGUESA

BETWEEN HARMONY AND TERRITORIAL CONFLICT:
THE NEW PORTUGUESE RURALITY

ENTRE L' HARMONIE ET LE CONFLIT TERRITORIAL:
LA NOUVELLE RURALITÉ PORTUGAISE

João Luís Jesus Fernandes - Universidade de Coimbra - Coimbra - Portugal
jfernandes@fl.uc.pt

Carolina Davide Alves - Universidade de Coimbra - Coimbra - Portugal
carolina.davide.alves@gmail.com

Resumo

A matriz tradicional dos espaços rurais portugueses foi alterada por todas as transformações ocorridas nestes territórios ao longo das últimas décadas. Estas inovações podem ter aberto novas oportunidades, mas têm também acentuado a fragmentação do espaço e a descapitalização de populações que, muitas vezes, sentem quebras no acesso a recursos. Muito para além da ideia do despovoamento, esta ruralidade multifuncional faz-se pelo encontro de múltiplos agentes, com interesses heterogêneos e territorialidades nem sempre em harmonia, fatos que constituem um desafio para o ordenamento do território.

Palavras-chave: rural, multifuncionalidade, atores, conflitos.

Abstract

In recent decades, the portuguese rural areas have seen pronounced changes, which reformed the traditional environment of those territories. These innovations can create new opportunities, but also have highlighted spatial fragmentation and reduced local communities power, decreasing the access of people to resources. Far beyond the idea of depopulation, this multifunctional rurality is done by multiple non-harmonious agents, following heterogeneous interests and territorialities. That fact is a challenge for spatial planning.

Key words: rural, multifunctionality, agents, conflicts.

Résumé

Au cours des dernières décennies, les territoires ruraux portugais ont connu des modifications importantes, qui ont changé la matrice traditionnelle de ces territoires. Ces innovations peuvent créer de nouvelles opportunités, mais ont également accentué la fragmentation de l'espace et l'infériorisation des communautés qui ont, maintenant, moins d'accès à certaines ressources. Bien au-delà de l'idée de la dépopulation, cette ruralité multifonctionnelle se fait en trouvant plusieurs agents ayant des intérêts et des territorialités hétérogènes. Cette complexité est un défi pour l'aménagement du territoire.

Mots-clés: rural, multifonctionnalité, agents, conflits.

Introdução

Sempre se dissociou o rural do urbano, sobretudo quando as cidades, na Europa Medieval, se fechavam por muralhas e comunicavam

com o exterior por portas que se abriam e fechavam de acordo com as circunstâncias. Apesar dessa aparente separação, a cidade e o rural relacionavam-se: um dando segurança, produtos manufaturados e orientação política; o outro fornecendo alimentos, matérias-primas e mão de obra, num relacionamento que perduraria mesmo quando a industrialização trouxe outros modelos sociais, econômicos e espaciais.

Na atualidade, nos casos português e europeu, a permeabilidade entre o rural e o urbano é grande e as fronteiras de separação são difusas e difíceis de cartografar. Esse fato resulta do efeito conjugado das dinâmicas internas e dos fatores de mudança ocorridos em outras escalas geográficas, em especial a europeia. São de especial importância questões como a redução seletiva das distâncias; as inovações tecnológicas; o avanço do terciário; a tendência geral de despovoamento rural, assim como um novo quadro social pós-transições demográfica e epidemiológica, que se manifesta no envelhecimento das populações.

O espaço rural ganhou rapidez e ritmos acelerados, aqueles que vieram da cidade, cada vez mais próxima e presente, e da apropriação urbana de um espaço geográfico diversificado. Essa aceleração não significa que não se tenham preservado espaços de lentidão e movimentos mais compassados, fazendo do rural português um encontro, nem sempre fácil de gerir, entre territórios e atores movidos a múltiplas velocidades.

Além disso, o espaço rural foi um dos palcos da rápida transformação que a geografia de Portugal sofreu com a adesão à Comunidade Econômica Europeia, em 1986, o que intensificou a decomposição de uma paisagem cujo tradicionalismo apenas persistiu nos postais ilustrados (Domingues, 2012). A integração no projeto europeu expôs o país e o seu espaço agrossilvopastoril a uma maior competitividade externa, que se procurou contrabalançar com o recurso a políticas nacionais e europeias de modernização de setores como a agricultura e a pecuária.

A desconstrução de um certo rural português começou antes, por vários motivos, como a emigração da população jovem e ativa, em diferentes ciclos, sobretudo para a América do Sul e para outros países europeus. Este foi o rural das saídas, do envelhecimento precoce, da descapitalização e do abandono fundiário, mas foi também o território que foi acolhendo remessas dos que partiram, influências externas que se materializaram como, por exemplo, nas casas do tipo *maison* e nos *chalets*

inspirados nos Alpes Suíços, assim transpostos para uma paisagem que foi se destradicionalizando.

A deslocação de populações rurais para o exterior e também para as áreas urbanas portuguesas foi ocorrendo um pouco por todo o século XX. Essas saídas aconteceram porque, até a década de 1970, a transição demográfica confrontou o rural com uma pressão populacional que a inflexibilidade nas estruturas sociais e econômicas não pôde absorver. Esse desajustamento ocorreu também porque o Estado interveio, acelerando a chegada de um rural menos necessitado de pessoas.

Em 1958, Aquilino Ribeiro publica *Quando os lobos uivam* (citado neste trabalho com a edição de 1995), perspectiva literária de um conflito – a nacionalização dos baldios ocorrida nas décadas de 1930 e 1940. Num ambiente de tensão e resistência, as comunidades locais, sobretudo no norte e centro do país, perdem acesso aos terrenos comunitários dos quais extraíam parte do seu sustento. Com essa expropriação estatal, a floresta avança, o pinheiro vai alastrando, semeando-se o rastilho para, reforçado com a posterior difusão do eucalipto, conduzir ao aumento do número e da intensidade dos incêndios florestais.

Por vezes, à vista de uma paisagem negra de fogo, reequaciona-se agora a ruralidade e o rural. Este não perdeu a matriz agrícola e pecuária, que convive com outras vocações, porque o urbano vê, na paisagem campestre, uma oportunidade hedonista de satisfação, mas também porque a cidade precisa de energia, é carente de espaço, vive de fluxos de entradas e saídas. Nesse vai-e-vem, entre o idílico e o anti-idílico, o rural continua a desempenhar um papel relevante.

Rural idílico de centralidade ecológica, ritmos lentos e encenações do passado

Na cidade sente-se que o cotidiano corre depressa e que essa celeridade terá efeitos na qualidade de vida. Com uma urbanização rápida e recente, no território português têm-se procurado alternativas de lentidão. Nas cidades, vão sendo traçadas ciclovias e definidas ruas para pedestres, onde o automóvel não poderá circular. No entanto, nos espaços rurais é que a busca dessas paisagens de lentidão tem sido mais comum. Com a circulação lenta e a paragem, a relação com a paisagem é mais duradoura, espessa e multissensorial.

As ciclovias e os percursos pedestres são agora bandeiras de promoção de territórios municipais e áreas protegidas, provando que, por exemplo, no Parque Nacional da Peneda-Gerês se aposta no bem-estar de residentes e visitantes. Foi assim que também em Manteigas, no Parque Natural da Serra da Estrela, se promoveu o “Manteigas-Trilhos Verdes”, um projeto que trouxe 200 km de percursos pedestres e cicláveis, cobrindo a quase totalidade da área concelhia (122 km²) (Figura 1).

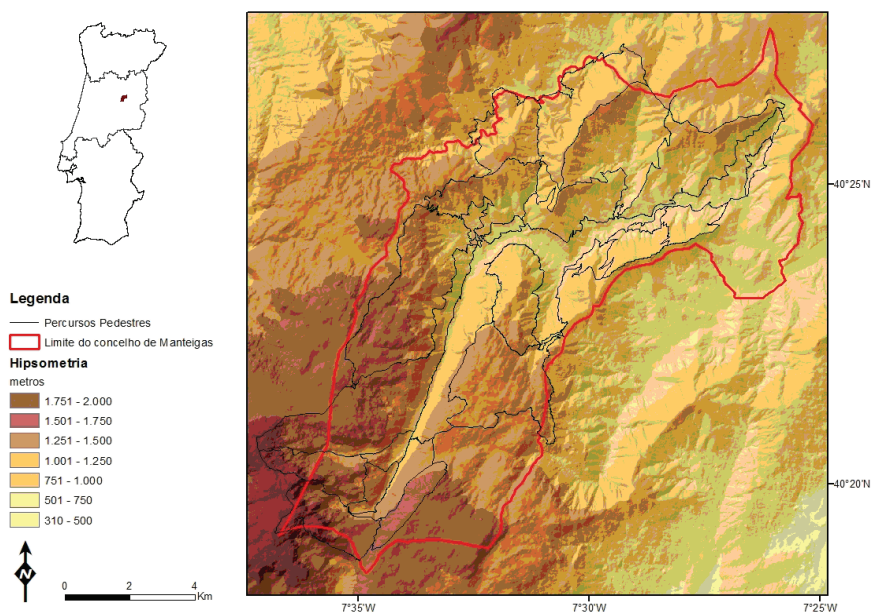


Figura 1: Rede de percursos pedestres do concelho de Manteigas.

Fonte: Adaptado de Câmara Municipal de Manteigas (2010).

Os percursos convidam a uma relação mais completa com a paisagem, um valor material e imaterial que implica sons (*soundscales*), sabores (*tastescales*) ou cheiros (*smellscales*) (Gaspar, 2001). A conjugação dessas sensações, consumidas a um ritmo lento e compassado, confere valor terapêutico à experiência de um rural caracterizado pela geodiversidade, que muda por ciclos irregulares ou regulares, como o calendário das

estações do ano, que traz às paisagens novas cores, sonoridades e enquadramentos. Esta geodiversidade é um valor patrimonial que a Europa pretende preservar, como se confere pela Convenção Europeia da Paisagem, assinada pelo Conselho da Europa, em 2000 (Conseil de l'Europe, 2000).

Esse paradigma trouxe para o rural o discurso da centralidade ecológica e patrimonial e da oportunidade de retorno a um passado idílico anterior à revolução urbano-industrial. O rural ganha importância como reserva simbólica e patrimonial. Ao mostrar a tradição e o saber-fazer de outrora, torna-se distintivo e apelativo. O pressuposto, quantas vezes imaginário, de que o rural assenta num modo de vida e em comunidades coesas pelo interconhecimento e inter-reconhecimento, pela partilha de valores entre os habitantes e pelo forte sentido de grupo (Figueiredo, 2003), propicia à população externa o desejo de preservação destes elementos identitários.

Com o retorno saudosista, o lazer e o turismo, percebe-se a refuncionalização destes territórios e a aplicação de políticas públicas de conservação do património, agora entendido como uma oportunidade de inovação e um laboratório educativo (Carvalho e Fernandes, 2012).

O espaço geográfico português atualmente é um território de áreas e limites classificados e protegidos por regulamentos de usos condicionados, tais como a Reserva Ecológica, e também a Reserva Agrícola Nacional; a Rede Nacional de Áreas Protegidas (Figura 2), com o Parque Nacional da Peneda-Gerês, vários parques naturais, assim como as reservas e os monumentos nacionais (Fotografia 1); a Rede Natura 2000; os Sítios Ramsar; uma Reserva da Biosfera e o Património Mundial da Unesco, que classifica e protege áreas rurais como o vale do Douro ou a paisagem vinhateira do Pico, nos Açores (Fernandes, 2012).

Nesta cartografia complexa, nem sempre é fácil a coordenação entre todas as figuras de ordenamento do território, que não apenas se sobrepõem em termos espaciais como envolvem múltiplos atores: municípios, Estado Central; União Europeia e Unesco.

Esta perspectiva patrimonial não está desligada do rural enquanto oportunidade de negócio e espaço produtor de bens agroflorestais de qualidade e origem, que se diferenciam do produto massificado. São exemplos a produção de mirtilo em Sever do Vouga; de porco preto nos territórios alentejanos ou de mel na Serra da Lousã.

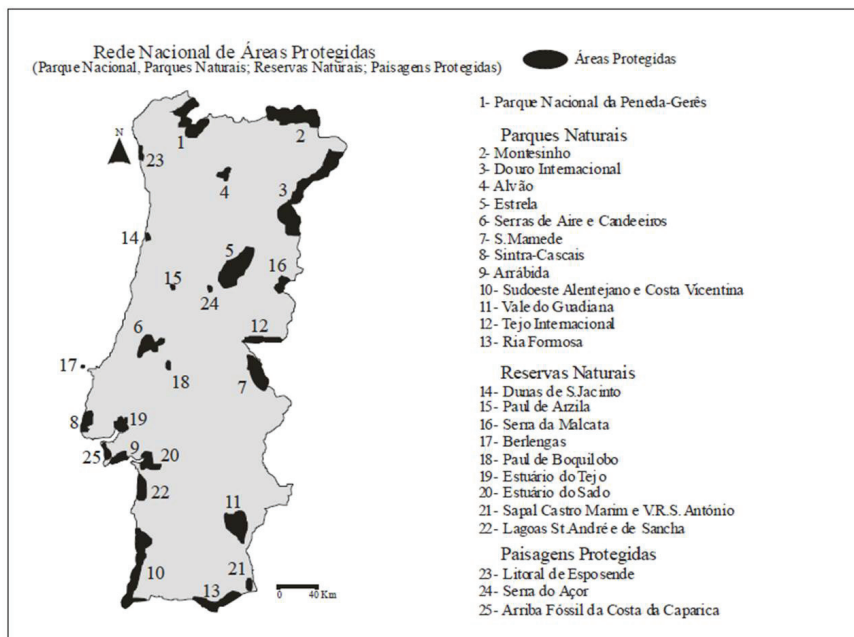


Figura 2: Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Fonte: Fernandes (2012, p. 244).



Fotografia 1: Pormenor do Parque Natural da Serra da Estrela, que protege um dos maiores reservatórios de água de Portugal e a paisagem com vestígios glaciares mais importantes do país.

A associação produto-qualidade-origem é uma estratégia de *marketing* de lugares. Em muitos casos, o rural português autodefine-se por uma centralidade monoespecífica, uma “capital” de algo que faça a diferença como, por exemplo, *Armamar, Capital da Maçã de Montanha; Miranda do Corvo, Capital da Chanfana; Vinhais, Capital do Fumeiro; Alvaiázere, Capital do Chicharo*. Com um sucesso assimétrico, que se deve avaliar caso a caso, estas estratégias de reanimação local têm criado redes de produção e distribuição, sustentando eventos e levando a conhecer lugares com uma imagem exterior débil.

Esta é apenas uma das vertentes, porventura a mais tradicionalista, de uma recente aposta na qualidade do setor agroindustrial português. Com a crise de 2008, criaram-se a *Portugal Fresh* e a *Portugal Foods*, associações que unem empresários da terra e da inovação, estabelecendo pontes entre o valor do *terroir* e as mais-valias da investigação científica e da gestão. É certo que o rural português tem uma economia terciarizada: em 2011, apenas 5% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) dessas regiões se devia ao setor primário (para 29% do secundário e 66% do terciário). No entanto, entre 2000 e 2012, o *cluster* agroalimentar aumentou as exportações a um ritmo de 8.7% ao ano (GPP, 2014).

O consumo deste rural idílico (e inovador) não está desligado dos investimentos, muitas vezes com o apoio de programas europeus como o Leader, no turismo de saúde e bem-estar; no agroturismo; no turismo cinegético e nos desportos radicais; no enoturismo e, tendência recente, no oliveturismo – associado à paisagem, à produção e ao consumo gastronômico do azeite, um dos produtos-âncora do mundo rural mediterrâneo.

Assim se recuperam habitações, antigos moinhos e lagares, fontes e caminhos, por vezes aldeias inteiras, reedificadas com capitais de origem urbana, ali territorializados por programas europeus, mas sem que se resgatem a vida e o cotidiano de uma Geografia Humana que já não existe.

Orientados para o turista, certos aglomerados são na sua totalidade adquiridos por empresas privadas (como Póvoa Dão, no concelho de Viseu). Ali se reergue a materialidade de um lugar que já apresenta poucas ligações com o passado e que desempenhará a função de um *resort* de lazer e turismo para consumidores urbanos.

Muitas aldeias recuperadas estão agora organizadas em redes que não existiam quando esses aglomerados eram espaços de vida e núcleos organizadores dos territórios envolventes. Com distâncias relativas di-

fíceis de percorrer, no passado estavam longe umas das outras. Na atualidade, estas aldeias aparecem integradas a territórios reticulados que, desse modo, se promovem como um produto turístico único.

Destaquem-se o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (Figura 3) e o Programa das Aldeias do Xisto. O primeiro, iniciado no II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) (1994-1999), pretendeu a revitalização econômica, criando fatores de atração e fixação da população, tendo o património local e a dinamização cultural como âncoras para a criação de oportunidades de negócio. Classificou um conjunto de doze aglomerados medievais da Região Centro, distribuídos por um território em grande parte localizado na fronteira. O Programa das Aldeias do Xisto arrancou com o III QCA (2000-2006). Integrando 21 aldeias do centro de Portugal, criou uma rede unida por uma marca de identidade: o xisto que domina a paisagem de cada uma (Carvalho e Fernandes, 2012).

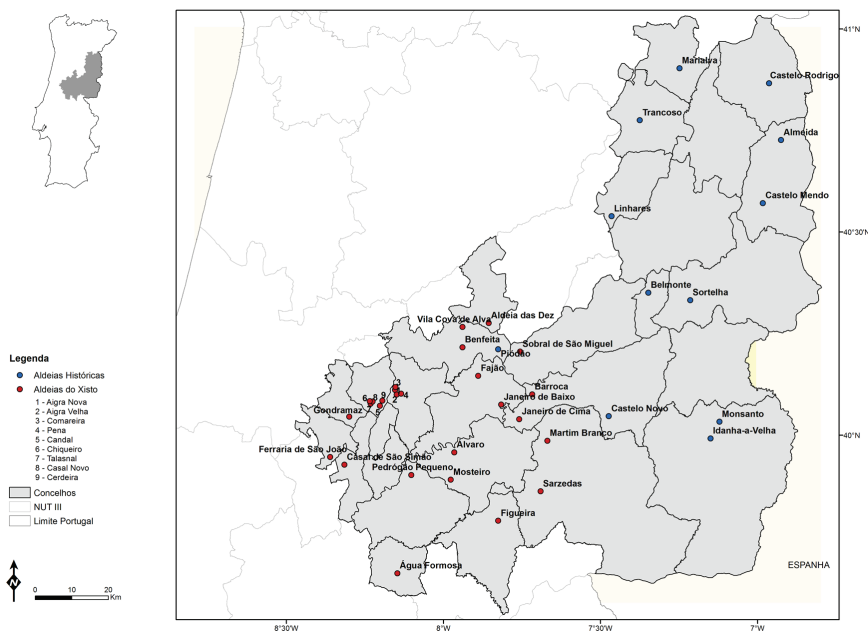


Figura 3: Aldeias Históricas de Portugal e Aldeias do Xisto.

Fonte: Adaptado de Aldeias Históricas de Portugal (2014); Aldeias do Xisto (2014).

Neste rural em movimento e de encenação do passado, criaram-se reservas de memória, espaços nos quais se vai emoldurando um tradicionalismo que já não existe, mas que se preserva e comunica ao futuro. É a exaltação de uma ruralidade nostálgica de retorno mítico ao paraíso perdido, intrincado nos paradigmas da ecologia e do patrimônio (Domingues, 2012).

Assim se tem apostado na nova museologia, nos centros interpretativos, nos ecomuseus (Carvalho, 2003), alguns fechados em edifícios que aparentam rusticidade; outros mais abertos à paisagem; alguns em espaços serranos e paisagens fluviais; outros associados a produtos da terra, à pecuária ou a valores geocológicos.

Contudo, num contexto geográfico de encurtamento das distâncias, de desenvolvimento de redes urbanas e de uma nova geografia econômica e social de fluxos, o rural abre-se a outras funções e atores. Este rural ecológico e patrimonial é um território de contradições e desafios.

Um rural de suporte urbano: a visão anti-idílica de um território em transformação

A complexidade do espaço rural português vai além da centralidade ecológica e patrimonial que se acrescentou à agrossilvopastoril. A sua multifuncionalidade passa pelo rural enquanto território de suporte de funções e infraestruturas urbanas.

O rural da promíscua periferia dos espaços urbanos mais dinâmicos, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sofreu uma rápida transformação quando o imobiliário se expandiu, após a adesão europeia e a consequente descida das taxas de juros para crédito à habitação. No início da década de 1990, essa taxa de juros ultrapassava os 20%, atingindo, na atualidade, valores abaixo dos 5% (Santos, Teles e Serra, 2014).

A terra mais barata, a aposta nas rodovias e no transporte individual potenciaram a construção em solos rústicos e a fragmentação do rural próximo à cidade. Assim se urbanizou Sintra, nas proximidades da capital; ou Gondomar, na Área Metropolitana do Porto, que se descaratezaram numa expansão urbana difusa e pouco ordenada.

Segundo o censo de 2011, em Portugal, 52% dos alojamentos foram construídos depois de 1981 (contra apenas 23% na média da União Europeia). Ainda que esta tendência tenha abrandado nos últimos anos, em

2004, período áureo dessa expansão, aqui citado como referência, 90% dos investimentos feitos em alojamento ocorreram em habitações novas (Pinho e Aguiar, 2005), o que tem levado ao alargamento das áreas periurbanas e à dispersão da habitação pelo espaço rural.

Com efeito, o rural também acolheu a dispersão de residências fora dos perímetros urbanos e das cinturas de periurbanização: são os condomínios privados e outros aglomerados, uma espécie de *resorts* residenciais que procuram o prestígio do retorno ao rural, um maior isolamento e uma área utilizável mais extensa.

Contudo, a procura de uma vida campestre redundava numa encenação rodeada por muros que segregam o condomínio em relação ao espaço envolvente. Estes empreendimentos identificados por nomes de um idílio bucólico, por vezes ocupam e refuncionalizam antigas quintas ou outras propriedades rurais. Apesar disso, a natureza e essa nova ruralidade são agora vividas entre muralhas.

Ao rural de proximidade urbana chegam aeroportos, plataformas logísticas e centros de distribuição atacadista, que procuram espaço livre e barato. Ocupando solos que eram rústicos, podem ser citados dois exemplos: o mercado abastecedor da região de Coimbra, a cerca de 8 km da cidade; e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a 16 km do centro do Porto.

Este é também o rural de outros equipamentos: de parques industriais; infraestruturas desportivas (como o Estádio do Algarve, construído para o Euro 2004, no barrocal algarvio, longe das áreas construídas consolidadas); de quartéis e outros campos militares; ou de estabelecimentos prisionais que (como a Prisão de Vale de Judeus, no concelho de Azambuja, a norte de Lisboa), à necessidade de uma extensa área utilizável, aliam o imperativo do isolamento para fins de segurança.

O rural de múltiplas funções é também um espaço de movimento e passagem, de infraestruturas de circulação veloz. Os sucessivos planos rodoviários nacionais sofreram forte impulso comunitário e rasgaram o espaço rural com estradas rápidas. O espaço rural suporta os canais de circulação entre os vértices de uma rede urbana bipolar (estruturada pelas duas áreas metropolitanas, de Lisboa e Porto), que se estende para outros nós do sistema, para cidades como Faro, Viseu, Évora, Castelo Branco ou Vila Real.

O esplendor deste ciclo, que perdurou cerca de duas décadas após a adesão europeia, não se fez sem conflitos, alguns deles fazendo colidir

o Estado consigo próprio, colocando em causa interesses de privados e comunidades. Por exemplo, a autoestrada Lisboa-Porto (A1) atravessou e fragmentou o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Fotografia 2). Assinale-se como, num projeto nunca concretizado em virtude da crise de 2008, o traçado do comboio rápido (TGV) iria colocar essa linha em colisão com comunidades rurais no trecho Pombal-Ota e, mais a norte, na região de Coimbra, cortar a Região Demarcada da Bairrada, uma das principais áreas de produção vinícola da região.



Fotografia 2: Via rápida (A1) de ligação Lisboa-Porto, no momento em que atravessa e fragmenta o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Aqui ocorre a discordância entre duas dimensões do espaço geográfico: sob uma base euclidiana e patrimonial, desenham-se redes topológicas de transporte que têm por objetivo ligar os vértices. Nestes casos, a paisagem revela colisão de interesses: entre o rural da velocidade e da fluidez de contato interurbano, por um lado, e o rural do patrimônio, por

outro; entre as políticas públicas que traçam estradas e as mesmas políticas públicas que classificam áreas protegidas; ou entre o Estado e as comunidades locais.

Entre 1986 e 2006, abriram-se 2700 km de Itinerários Principais (IP) e Itinerários Complementares (IC), dos quais 2300 km (85,2%) apresentam perfil de autoestrada (IN, PE e CE, 2007). Em 2013, a rede nacional fundamental (IP's), apresentava 2351 km e a rede nacional complementar (IC's), 1893 km. A rede de autoestradas sofreu um aumento notável: 200 km em 1986 e 3065 km em 2013 (Leitão e Botelho, 2014).

O rural do movimento transporta também a informação e apoia redes de telecomunicações. Assim se distribuíram torres e antenas pelas áreas rurais, com potenciais riscos para a saúde pública, sempre que se aproximam de lugares ou habitações isoladas.

Este rural idílico faz ainda o transporte de energia, com redes elétricas que, à semelhança das infraestruturas de comunicação, poderão acarretar consequências para a saúde pública. 0,5% da população portuguesa (em áreas rurais e não só), reside perto de linhas de alta e muito alta tensão e está exposta aos campos eletromagnéticos (Sá, 2008).

Em 2013, a Rede Nacional de Transporte (energético) operava com 2430 km de linhas de 400 kv; 3565 km de 220 kv e 2734 km de 150 kv, totalizando 8729 km de linhas de muito alta tensão (REN, 2014). Também aqui ocorrem conflitos no uso dos solos. Por exemplo, em 2004, o Parque Natural do Douro Internacional era atravessado por 220 km de linhas de distribuição média e alta; o das Serras de Aire e Candeeiros por 136 km e o de Montesinho por 183 km (SPEA; QUERCUS, 2005). Protege-se a natureza, mas usa-se o solo classificado para transporte de energia.

Este rural não só é transportador, como é também fonte energética. Sobretudo para uso urbano e industrial, produz-se energia hidroelétrica numa rede de barragens de grande e média dimensão (Duarte, 2013). Estas não provocaram impactos geo-humanos como os ocorridos na China, na Índia ou no Brasil. Em Portugal, construíram-se quando as densidades rurais já estavam em decréscimo e as dinâmicas de despovoamento instaladas.

Ainda assim, com estas obras públicas, houve casos pontuais de populações deslocadas, como ocorreu com as barragens de Vilarinho da Furna (no norte do país) e Alqueva (no Alentejo). No primeiro caso, em 1972, foram deslocadas 57 famílias, porque os moradores se dispersaram,

terminaram as relações de vizinhança e acabou uma comunidade. Em Alqueva, o processo foi mais negociado. Mesmo assim, foram submersos um castelo, a única pedreira de xisto azul do país e uma aldeia histórica com cerca de 300 habitantes – a Aldeia da Luz (Oliveira, 2011) (Fotografias 3 e 4).

As externalidades humanas da construção de barragens foram atenuadas porque se vivia já um processo de desruralização. No entanto, o contrário também é verdadeiro. Ainda que as barragens tenham criado oportunidades turísticas pontuais (como na Barragem da Caniçada, no Parque Nacional da Peneda-Gerês ou mesmo na Barragem de Alqueva), estas infraestruturas representam uma outra face do processo de urbanização pelo qual o rural português tem passado. Um processo de urbanização (ou desruralização) sem presença humana, uma vez que estas barragens são investimentos sem emprego *in situ* e infraestruturas controladas à distância, nos centros urbanos.



Fotografia 3: Vista global da Aldeia da Luz, submersa em 2002.



Fotografia 4: Pormenor da Aldeia da Luz.

Em Portugal, as albufeiras construídas inundam, no seu nível de armazenamento máximo, 72844 ha (INAG, 2009). Esse valor sofreu acentuado crescimento entre as décadas de 1950 e 1970, período áureo da construção de barragens no país. Contudo, o aumento mais significativo ocorre em 2002, com o encerramento das comportas de Alqueva. Para o futuro, aos 72844 ha já inundados, vão juntar-se mais 6530 ha decorrentes dos dez empreendimentos selecionados para o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico, a ser implementado entre 2007 e 2020 (INAG, 2007).

No rural produz-se energia hidroelétrica e também eólica. Em 2008, produzindo mais de 10% da energia consumida no país, existiam no território nacional 1430 turbinas e 455 em construção, sobretudo nas áreas serranas do norte e centro, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no Oeste e na Serra Algarvia (Rodrigues, 2008). Segundo dados de 2012, a energia eólica assegura cerca de 20% do total do consumo energético português (REN, 2012).

Apesar dessas infraestruturas se sujeitarem a estudos de impacto ambiental (quando ultrapassam certas dimensões), também nesta área existem conflitos, sobretudo entre as empresas e os grupos ambientalistas. São ainda de assinalar casos de conflitualidade sonora entre as comunidades locais e os promotores de parques eólicos, quando os aerogeradores se localizam próximo de habitações (Augusto, 2014).

A lógica extrativista expressa-se na exploração de inertes que rasgam a paisagem em regiões como o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no caso dos calcários, e o norte alentejano, no dos mármore. Esta é uma atividade oscilante, sensível à economia e aos acontecimentos urbanos, como a Expo 98 ou o Euro 2004. Nesse caso, com as obras de requalificação de velhos estádios e construção de novos, estavam registadas naquela época 3557 pedreiras de extração de mármore e outras rochas (IGAOT, 2004).

O Estado tem regulado esses potenciais conflitos, promovendo a recuperação paisagística e a concentração das explorações. Para além da estética, são atividades conflituosas em razão do ruído, da poeira, dos transportes pesados e de outras perturbações.

Mas, se a cidade recolhe, o rural também recebe. É para este que os espaços urbanos exportam restos da sua atividade econômica e dos consumos privados. Numa lógica de receptor do que a cidade não quer ou produz a mais, o espaço rural vai sendo invadido por resíduos depositados em aterros ou, de forma ilegal, em sucatas. Apesar da legislação agora mais apertada, persistem abusos pontuais.

A adesão à comunidade europeia significou um salto qualitativo nas questões ambientais em território português, não apenas pelos fundos disponibilizados mas, sobretudo, pelas obrigações assumidas. Apesar disso, persistem problemas num rural de exploração intensiva e funcionalista, sensível aos ciclos econômicos orientados pelas economias urbanas.

Em 1962, Alves Redol publica *Constantino, guardador de vacas e de sonhos* (aqui citado numa edição de 1975), romance da infância inquieta de uma criança de 12 anos à beira do Tejo, um rural aprazível, de rios e ribeiras de águas límpidas, num cotidiano de banhos e aventuras. Já antes, em outros contextos espaciais e temporais, aqui evocados sem uma ordem lógica, os escritores F. Rodrigues Lobo (1580-1622) e A. Lopes Vieira (1878-1946) se sensibilizaram por uma Leiria bucólica e campestre e por um rio Lis límpido e aprazível.

Viajando no tempo, o Lis tem sido um foco de poluição: até data recente, um dos seus afluentes foi receptor de resíduos de explorações intensivas (suiniculturas). Entre recursos nacionais e fundos europeus, tem-se investido na resolução do problema, mas bem longe vão os tempos nos quais escritores e poetas cantavam as virtudes da paisagem. Nesse novo rural, a água constitui um valor estético e um patrimônio, mas também um desafio.

E aqui retomamos Domingues (2012) que afirma o caráter difuso, híbrido e transgênico da paisagem rural portuguesa, uma paisagem de difícil definição, impura e promíscua, de próteses urbanas misturadas com usos que já lá estavam, como a agricultura ou a pecuária, mas que também mudaram.

Notas finais

O rural em discussão tem cartografias complexas e dinâmicas que apontam, por vezes de modo contraditório, para múltiplos sentidos. O urbano está presente no rural, mas essa presença pode ser temporária e intermitente. Essa cadência resulta dos turistas que chegam e partem, mais em algumas épocas, menos em outras, mas está também associada a eventos de cultura (sub)urbana jovem que, no verão, procuram espaço, o ar livre, a privacidade, o isolamento, a irreverência de um lugar exótico, a proximidade a um rio ou a uma praia, para ali realizarem concertos e festivais para onde convergem públicos juvenis.

Estes jovens, que também procuram o rural para a prática de esportes radicais e práticas inovadoras de entretenimento e aventura, como o *geocaching*, saem agora da cidade para a consagração de uma certa identidade de grupo, para a afirmação de um sentido de pertença a uma tribo, a um estilo de música, a rituais de comunhão e celebração coletiva. Os festivais e as *raves* de música urbana são ocasiões de convergência de massas que, naquele momento, aumentam as densidades em lugares como Paredes de Coura (no Festival Vodafone Paredes de Coura), Zambujeira do Mar (no Meo Sudoeste) ou Idanha-a-Nova (no Boom Festival).

No geral, esses eventos não promovem oportunidades de contato fora do grupo e de ligação com a comunidade rural. Também aqui se desenha uma fronteira e um limite, uma barreira que separa o que está dentro do que permanece fora, aqueles que entram e celebram, dos outros,

muitas vezes alheados, que permanecem no seu cotidiano, a outro ritmo, pautados por uma outra paisagem sonora, ainda que a presença difusa da música eletrônica se possa sentir muito para além da muralha que confina esta celebração juvenil.

Ao rural acorrem também os criativos, os cineastas e os fotógrafos, os pintores e os publicitários. A filmografia portuguesa, sobretudo após os anos 60 e a chegada do Cinema Novo, é urbana e acompanha a territorialidade de personagens que se movem em ambientes citadinos. Isso não significa que o rural português esteja ausente da cinematografia nacional e de realizadores como Manoel de Oliveira (*Viagem ao princípio do Mundo* tem o Minho como cenário) ou João Canijo (*Mal Nascida* foi filmada em Trás-os-Montes) (Fernandes, Duque e Figueiredo, 2014).

Entre o idílico e o anti-idílico, o espaço rural português tem sido cenário de novelas televisivas de outras obras de ficção e publicidade, porque um certo rural higienizado, verde e ecológico promove produtos e estilos de vida (Pinto, 2013).

Por tudo exposto, o rural não resiste às representações redutoras que o mostram como vazio, isolado, despovoado. Mesmo considerando a sua diversidade, esta é uma leitura estereotipada. Esse rural é território de múltiplos atores, alguns presentes e outros ausentes. Alguns não têm presença física, mas os seus interesses estão lá. Outros marcam presença temporária e sazonal, estão ausentes, mas regressam, em algum momento, como os emigrantes que retornam e afluem às festividades locais (Alves, 2014). É um fato que, no rural português, são mais baixas as densidades de população residente – cerca de 43% da população portuguesa residia, em 2011, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (INE, 2011). Mas também está certa a ideia de que, nesse rural pós-integração europeia, são muitos os fluxos que percorrem esses espaços geográficos.

Nesse rural híbrido e multifuncional, são frequentes as tensões entre valores; o contraste e a fragmentação entre territorialidades e comportamentos heterogêneos, nem sempre conciliáveis; os conflitos no uso dos solos, que tanto podem ocorrer entre atores privados e públicos, como dentro de cada um desses grupos.

Por isso, é importante a promoção de um ordenamento do território que regule a multiplicidade de interesses. O rural é, nesse sentido, um palco de intervenções políticas e relações de poder. O relativo excesso de entusiasmo que acompanhou a acelerada modernização do país no pós-

-adesão europeia pareceu remeter para um passado anacrônico tudo o que dizia respeito ao rural. No entanto, nem mesmo nos tempos mais otimistas essa foi uma ideia correta. Com a crise de 2008, ainda que persistam balanços difíceis entre o idílico e o anti-idílico, os olhares e os interesses pelo rural parecem renovar-se. Com ou sem esse novo impulso, não se pode pensar o futuro do país sem a efetiva atenção à nova ruralidade que está associada àquela que é também uma nova urbanidade em construção.

Referências

ALDEIAS DO XISTO. *A rede*. 2014. Disponível em: <<http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL. *AHP: a rede*. 2014. Disponível em: <http://www.aldeiahistoricas.adi.pt/index_.html#rede>. Acesso em: 26 nov. 2014.

ALVES, C. *A baixa densidade rural num contexto geográfico de fluxos e permanências: atores locais, tempos e redes. O exemplo de Foios (Sabugal)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

AUGUSTO, C. *Sons e silêncios da paisagem sonora portuguesa*. Lisboa: FFMS, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL de MANTEIGAS. *Manteigas trilhos verdes*. 2010. Disponível em: <<http://www.manteigastrilhosverdes.com/?trilhospedestres&cod=3>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

CARVALHO, P. Patrimônio cultural e iniciativas de desenvolvimento em espaço rural. In: CAETANO, L. (Coord.). *Território: do global ao local e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: CEG, 2003. p. 199-227.

CARVALHO, P.; FERNANDES, J. *Patrimônio cultural e paisagístico: políticas, intervenções e representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CONSEIL DE L' EUROPE. *Convention européenne du paysage et rapport explicatif*. 20 de outubro de 2000. T-Land: Strasbourg, 2000.

DOMINGUES, Á. *Vida no campo*. Porto: Dafne, 2012.

DUARTE, Á. *Barragens e Albufeiras em Portugal: usos da água, preocupações ambientais e ordenamento do território*. Caso de estudo: Albufeira de Foz Tua. Lisboa: Universidade Nova, 2013.

FERNANDES, J. *Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português*. Seia/Coimbra: Terras de Sena, 2012.

FERNANDES, J.; DUQUE, A.; FIGUEIREDO, E. Representações do rural no cinema português: o rural anti-idílico em *Mal Nascida* (2007), de João Canijo. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA: A JANGADA DE PEDRA – GEOGRAFIAS IBERO-AFRO-AMERICANAS, XIV, 2014, Guimarães. *Atas do XIV Colóquio Ibérico*

de Geografia. Guimarães: APG, Departamento de Geografia da Universidade do Minho, 2014. p. 533-538.

FIGUEIREDO, E. *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2003.

GASPAR, J. O retorno da paisagem à Geografia: apontamentos místicos. *Finisterra*, Lisboa, n. 72, p. 83-99, 2001.

GPP. *Plano de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020*. Lisboa: MAM, 2014.

IGAOT. *Temática das pedreiras*. Lisboa: MAOTDR, 2004.

INAG. *Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico*. Projecto de Programa. Memória. Lisboa, 2007.

INAG, 2009. Disponível em: < <http://cnpqb.inag.pt>>.

INE. *Censos da população e da habitação*. Lisboa: INE, 2011.

LEITÃO, C.; BOTELHO, I. *Relatório de monitorização da rede rodoviária nacional-2012 e 2013*. Lisboa: IMT, IP, 2014.

OLIVEIRA, A. *Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da Aldeia da Luz*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

PINHO, A.; AGUIAR, J. Reabilitação em Portugal. A mentira denunciada pelos números. *Arquitecturas*, Lisboa, n. 5, p. 1-5, 2005.

PINTO, C. *Quantas cores tem o campo? O rural na promoção do turismo de Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2013.

REDOL, A. *Constantino: guardador de vacas e de sonhos*. Mem Martins: Europa-América, [1962]1975.

REN. *A energia eólica em Portugal*. Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/EnergiaEolica/A%20Energia%20E%C3%B3lica%20em%20Portugal%20-%202012.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

REN. *Relatório e Contas 2013*. Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://relatorioecontas2013.ren.pt/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

RIBEIRO, A. *Quando os lobos uivam*. Venda Nova: Bertrand Editora, [1958] 1995.

RODRIGUES, Á. *Parques eólicos em Portugal*. Leça do Balio: INEGI, 2008.

SÁ, J. *20 perguntas frequentes sobre linhas de alta tensão e saúde pública*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2008.

SANTOS, A.; TELES, N.; SERRA, N. *Finança e habitação em Portugal*. Coimbra: CES, 2014. 59 p. (Cadernos do Observatório).

SPEA; QUERCUS. *Estudo sobre o impacto das linhas elétricas de média e alta tensão na avifauna em Portugal*. Lisboa: QUERCUS A.N.C.N & SPEA, 2005. Disponível em: <http://www.spea.pt/fotos/editor2/relatorio_edp_icn_spea_quercus_avifaunai.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

João Luís Jesus Fernandes – Possui Graduação em Geografia pelo Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestrado e Doutorado pela mesma Universidade. Atualmente é professor do curso de Geografia na mesma Universidade.

Carolina Davide Alves - Possui Graduação em Geografia pelo Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestrado em Geografia pela mesma Universidade.

Recebido para publicação em 3 de dezembro de 2014

Aceito para publicação em 30 de janeiro de 2015